

APRESENTAÇÃO

A publicação do número 40 da *Debates do NER* é, por si só, um fato a ser comemorado. Desde 1997, a revista desenvolve um papel importante no panorama dos periódicos científicos brasileiros, desenvolvendo debates fundamentais para a compreensão dos fatos religiosos no Brasil contemporâneo. Este novo fascículo marca a concretização de uma nova etapa de sua dinâmica editorial que agora conta com uma *Guest Editor*, Stefania Capone, diretora de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França, uma antropóloga que tem consagrado quase quarenta anos ao estudo das religiões de matriz africana no Brasil e, de forma geral, no espaço afro-atlântico, incluindo a África e também a Europa, onde essas práticas religiosas têm se implantado desde os anos 1970. A escolha do tema da seção Debates é um *clin d'oeil* ao primeiro número publicado pela revista em 1997, *Guerra Santa*, sobre os ataques dos evangélicos aos praticantes das religiões afro. Vinte e cinco anos depois a situação tem se agravado, como mostram todos os indicadores do que tem sido qualificado, durante muito tempo, como sendo o produto da “intolerância religiosa”. O artigo da antropóloga Ana Paula Miranda (UFF), *A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”*, muda o foco dessa questão, trazendo para o cerne do debate as estratégias de mobilização do povo de candomblé para resistir ao que a autora chama de políticas “cristofascistas”. A antiga reivindicação do direito a ser “tolerado” em um campo religioso plural e democrático foi substituída, nos últimos anos, pela luta contra o “racismo religioso” em um contexto político em que o Estado nada faz para garantir o livre exercício da religião de grupos minoritários, no caso, as matrizes afro. O “racismo religioso” contra essas religiões, independente da identidade étnico-racial de seus adeptos, é reminescente de um passado “ainda presente” na sociedade brasileira, onde o que vem da África continua sendo marcado pelo selo da

primitividade e da selvageria. As políticas dos “terreiros”, que penavam a se expressar no fim dos anos 1990, como lembram os textos de Ari Pedro Oro e Mariana Ramos de Moraes, são, hoje em dia, uma resposta muito mais articulada aos ataques das igrejas evangélicas.

Esse debate, absolutamente necessário no atual momento político no Brasil, tem suscitado um grande número de comentários de colegas estrangeiros e brasileiros. Convidamos para a roda Stephen Selka (Indiana University), Elina Hartikainen (University of Helsinki), John Collins (CUNY), Ronaldo de Almeida (Unicamp), Paula Montero (USP), Fátima dos Santos (UFBA), Ivanir dos Santos (UFRJ), além dos já mencionados Ari Pedro Oro (UFRGS) e Mariana Ramos de Moraes (UFRJ). Seus comentários muito enriqueceram o debate, questionando o uso dos termos “intolerância religiosa”, “racismo religioso” e “genocídio religioso do povo negro”. Agradecemos à professora Rozane Rebechi e seu grupo de estudantes que não mediram esforços para a tradução dos artigos do debate em inglês e que providenciaram também a tradução do texto do Paul Christopher Johnson (University of Michigan), publicado na seção Artigos.

O primeiro texto dessa seção, intitulado *Tolerância e tradições históricas da diferença*, de autoria do antropólogo David Scott (Columbia University), é resultado de uma tradução original de um artigo publicado em 2001 na revista *Subaltern Studies*. Scott reflete sobre o tema da tolerância e da diferença no contexto pós-colonial. O autor toma como ponto de partida o caso do Sri Lanka no final do século XX, um país formado por grupos étnicos e religiosos muçulmanos, cristãos e budistas, e marcado por uma guerra civil de caráter interétnico. Ao fazê-lo explora os impasses e as limitações do discurso liberal e secular moderno quando se está diante de comunidades orientadas por princípios não-liberais. Por mais que esteja noutra seção deste número, o texto de Scott dialoga diretamente com o debate da seção anterior deste fascículo. Vale ainda destacar que a ideia da publicação deste texto surgiu no quadro das discussões de uma agenda antirracista promovida pelo NER¹. A tradução pode ocorrer

¹ Para mais ver: <http://www.ufrgs.br/ner/index.php/20-estante/112-por-um-ner-antirracista>

somente a partir dos esforços de Emerson Giumbelli, Olívia Cunha e Maria Amélia Dickie, que fez a tradução de maneira voluntária, assim como Lucas Baccetto e a Luciana Cavalcanti, que trabalharam em sua revisão.

O texto da sequência é também uma tradução. De autoria do antropólogo Paul Christopher Johnson (University of Michigan), traz uma discussão particularmente interessante sobre a questão da agentividade nas relações entre humanos e não-humanos. Dependendo das formas (*modes*) sociais e materiais dos santos e dos “temperamentos” (*moods*) que despertam nos devotos, a agência ativada por suas manifestações toma formas distintas, conjugando “conjunturas materiais e ressonâncias emocionais” e gerando “predisposições” para a ação. Johnson analisa o caso da Escrava Anastácia, que tem se tornado uma santa afro-brasileira cuja imagem é percebida de forma distinta por diferentes grupos étnicos-raciais no Brasil. As múltiplas formas de presença da Escrava Anastácia e suas disjunções mostram a centralidade da intersecção de “formas” e “temperamentos” na agência produzida pelas trocas com os non-humanos ou “mais-do-que-humanos”. Os “temperamentos”/emoções tornam-se, então, elementos constitutivos e inseparáveis da manifestação das entidades espirituais, “dando formas às disposições devocionais, práticas e futuros imaginados”.

Os quatro textos seguintes são publicações originais e versam sobre um amplo conjunto de temas. Frank Mezzomo (Unespar) e Brandon dos Anjos (Unespar), em *Religião e política nas eleições municipais: mobilizações e performances de católicos e evangélicos*, analisam como os candidatos ao legislativo de Campo Mourão, cidade do interior do Paraná, utilizaram elementos religiosos em suas publicações no Facebook e Instagram durante o período eleitoral em 2020. Este artigo está inserido na já longa tradição da Debates do NER que, desde os seus primeiros números, abre espaço para análises do perfil de candidaturas religiosas nas eleições brasileiras. Assim, em alguma medida, o valor do artigo repousa tanto na análise que propõe, como também pelo conjunto de dados que oferece para que formemos uma compreensão mais ampla, geográfica e histórica, das relações entre política e religião no Brasil.

O artigo da sequência *Desafios e oportunidades do Budismo no Brasil: relato de um simpósio com tradutores/acadêmicos budistas* apresenta um sofisticado relato de um simpósio de tradutores do budismo, explicitando seus desafios para transformar os textos dessa tradição, muitos deles escritos em chinês, japonês, tibetano e sânscrito, para o português. Mais do que um desafio linguístico, a situação apresentada coloca questões mais gerais sobre os limites e os desafios para esse grupo no país. Já Livia Reis (UFRJ), em *Tempos de pandemia, práticas cotidianas e projeto de nação: de que evangélicos estamos falando?* toma como ponto de partida controvérsias públicas envolvendo os “evangélicos” e Bolsonaro no início da pandemia do Covid-19 para pensar a heterogeneidade desse segmento religioso e as disputas em torno da representação do Brasil como uma nação cristã. A autora demonstra como atos religiosos ordinários – jejuns, orações, doações e ações de assistência social – tiveram sua dimensão política evidenciada, questionada e disputada por diferentes atores em tempos extraordinários. Ao fazê-lo sugere que a ruptura provocada pelo novo Coronavírus aponta para a urgência de se considerar as diferentes formas de se viver a religião para além das grandes igrejas, incluindo aquelas digitalmente mediadas.

O artigo de Maria Bargo (IDAES/UNSAM-CONICET) explora o uso de “casos exemplares” no processo de formação de jovens integrantes da Opus Dei. A partir de uma minuciosa etnografia, Bargo contribui para a atualização das pesquisas sobre catolicismo na América Latina abordando temas emergentes a partir de situações e contextos ainda pouco explorados pela literatura especializada. Por fim, no último texto da seção de artigos, intitulado *Xigubos, pandeiros e atabaques: instrumentos como meio de acesso ao sobrenatural no Brasil e em Moçambique*, Artur Costa Lopes (UFRJ), Érico de Souza Brito (Unifesp) e Clayton da Silva Guerreiro (Unicamp) buscam traçar conexões de determinados instrumentos musicais que produzem mediações entre o plano dos seres humanos e o plano do sagrado em distintos contextos religiosos. Para tanto, analisam o xigubo nos cultos Zione de Moçambique e, no Brasil, o uso do pandeiro na igreja Assembleia de Deus, e do atabaque no candomblé por meio de etnografias feitas por um músico

e dois antropólogos. Este fascículo ainda conta com o ensaio visual do fotógrafo e ogã de candomblé Arthur Seabra que nos oferece uma fascinante imersão no sagrado afro-brasileiro. Aqui também, como no artigo de Paul C. Johnson, as “formas” (*modes*) influem nos “temperamentos” (*moods*), na percepção que os devotos têm de suas interações com as entidades espirituais. Uma falta de luz repentina durante uma cerimônia no terreiro Ilê Axé Ojixé Olodumare, Casa do Mensageiro em Camaçari (BA), reativou um cenário reminescente dos primórdios do candomblé, quando os orixás eram louvados e invocados à luz dos candeeiros. Essa conjuntura reavivou a memória dos antepassados, dos que nos precederam e lutaram para a preservação de um legado ancestral. As sombras dos candeeiros tornaram ainda mais presentes os “movimentos do sagrado”, iluminando de forma evocativa a luta do povo de candomblé contra todo tipo de preconceito produzido pelo racismo estrutural da sociedade brasileira. A imagem que ilustra a capa do presente número é tirada desse ensaio fotográfico. Finalmente, o número termina com uma resenha de autoria de Taylor de Aguiar (UFRGS) sobre o livro *O Sacerdote e o aprendiz: antropologia de um terreiro amazônico*, de Hermes Veras. Desejamos a todas e a todos uma boa leitura!

Stefania Capone

Rodrigo Toniol

DEBATE